

# CADMO

Revista do Instituto Oriental  
Universidade de Lisboa

13

東方學研究所  
東方學研究所

MAURIZIO DAMIANO-APPIA (coord.), *Egipto: I — A Idade do Ouro*, Barcelona, Ediciones Orbis, 2002, 334 pp.. ISBN 84-402-2586-5 (obra completa: ISBN 84-402-2571-7)

Com uma notável qualidade gráfica surgiu recentemente no nosso país uma obra de grande divulgação sobre o Egipto faraónico mas que certamente os especialistas não desdenharão folhear. Distribuído em Portugal pela Midesa-Marco Ibérica, em forma de fascículos colecionáveis, trará como resultado a formação de quatro volumes, cada um com quinze fascículos. É o primeiro grupo de quinze fascículos encadernados e formando o primeiro volume que aqui apreciamos. O plano geral da obra completa é muito sugestivo e cativante:

1<sup>o</sup> volume (fascículos 1 a 15): A Idade do Ouro

2- volume (fascículos 16 a 30): O Império

3- volume (fascículos 31 a 45): Glória e decadência

4<sup>s</sup> volume (fascículos 46 a 60): O Egipto para além do Egipto

O grafismo é impecável e as ilustrações são excelentes, revelando uma boa e propositada selecção com muitas gravuras de páginas inteira e com vários desdobráveis intercalando «A Aventura da História» com «A Aventura da Arqueologia», mantendo assim uma estreita relação entre as duas áreas da abordagem egiptológica.

O percurso evocativo inicia-se com «O mistério dos faraós» (pp. 9-25), onde de uma forma sumária se alude aos nomes dos reis e aos problemas onomásticos que surgem com frequência no estudo das dinastias. O capítulo inclui um mapa desdobrável com o Egipto florescendo ao longo do seu rio sagrado, uma tábua cronológica que reconhece a existência de 31 dinastias, o que não merece consenso geral, já que muitos asseguram para a dinastia ptolemaica um lugar à parte, fora da numeração clássica de trinta dinastias que remonta ao sacerdote Maneton (século II a. C.). Com a abordagem de «Dois túmulos para os deuses terrenos» entra-se num tema que ainda hoje suscita debate: a questão do cenotáfio e da sepultura verdadeira (pp. 32-35). Esta questão é a porta de entrada para a apresentação de «Djoser, o Sublime» (pp. 37-44), em cujo vasto complexo funerário se patenteia a «cor do renascimento» (pp. 52-56) e onde é evocada a celebração da festa Sed, o jubileu real (*heb-sed*).

Os colossos de pedra de Seneferu (pp. 57-66) demonstram o desenvolvimento das grandes construções líticas em forma de pirâmide, que é «um nome inspirado num doce» (pp. 72-76). Com «A lenda de Khufu, o rei cruel» (pp. 77-86) apresenta-se a notável obra do seu pouco conhecido reinado: a Grande Pirâmide e «os segredos do seu

construtor». Com o cortejo fúnebre em direcção à pirâmide (pp. 92-96) são recordadas as cerimónias feitas em honra do defunto e os alimentos e outros bens depositados nos túmulos. Depois vem Khafré, «o rosto da Esfinge» (pp. 97-104) no planalto de Guiza, onde a propósito se lembra o papel do vizir, «a figura mais importante do Estado faraónico», e se evoca a efemeridade das chamadas «cabeças de reserva», típicas desse período (pp. 114-115), seguindo-se Menkauré e o seu complexo funerário, Chepseskaf e o início da V dinastia com os seus templos solares (pp. 117-128).

A mastaba de Ti (que Eça de Queirós visitou em 1869 em companhia do conde de Resende) ocupa as pp. 133-136, antecedendo Pepi I (pp. 136-144) e Pepi II (pp. 150-156), em cujo reinado se dá a expedição de Horkhuef. Depois vêm momentos dramáticos e «A monarquia entra no caos» (pp. 157-164), originando uma mudança de atitudes que bem se espelha no capítulo sobre «A justiça na terra e no Além» (pp. 172-176), com o tribunal dos deuses onde pontificam Osíris, Maet, Anúbis e Tot.

«Os senhores da guerra» (pp. 177- 196) anunciam e preparam o Império Médio e a glória da XII dinastia (pp. 197-286), com Amenemhat I e o deus Amon, a divindade da dinastia, a brilhante acção de Senuseret I, quando o prestígio do Egipto e o respeito pelo país do Nilo cresce da Ásia à Núbia, Amenemhat II, Senuseret II e o enérgico Senuseret III, sucedido por Amenemhat III. Depois vem o Segundo Período Intermediário (pp. 287-296), quando os Hicsos se tornam os senhores do Egipto, com base em Auaris, no Delta.

A «luta de libertação» contra os Asiáticos e os seus apoiantes egípcios inicia-se com Sekenenré Taá e Kamés (pp. 302-326), onde são recordadas as grandes rainhas da «libertação» e a acção de Amen-hotep I, a anunciar já o II volume.

Quanto à área da arqueologia, tem capítulos entremeando os capítulos da área histórica, começando com a luta pelos tesouros dos túmulos de Abido, sendo lembrado o deplorável comportamento de Amélineau e o trabalho metódico de Petrie (pp. 27-32). Vem depois «Champollion e os hieróglifos» (pp. 44-52), onde além do decifrador maior surge o nome de Thomas Young e outros estudiosos, cujas tentativas para a decifração da escrita hieroglífica são lembrados.

«O tesouro da rainha desaparecida» (pp. 66-72) alude aos trabalhos de George Reisner no planalto de Guiza que culminaram com a descoberta do espólio tumular da rainha Hetep-herés, mãe do célebre Khufu. O bloco seguinte reconhece «A inutilidade das precauções para proteger o faraó» (pp. 86-92) como se verificou pela facilidade

com que a Grande Pirâmide foi despojada do seu conteúdo, como de resto praticamente todos os outros túmulos faraónicos. Depois «O gigante de Pádua» evoca o incansável Belzoni (pp. 104-112), penetrando à força em túmulos ignorados, enquanto «Os ritos mágicos e os mistérios dos textos sagrados» (pp. 128-132) lembram o empenho de Gaston Maspero no estudo dos «Textos das Pirâmides».

«Da areia emerge um falcão de ouro» é o título de um pequeno texto que trata de uma cabeça dourada de Hórus (pp. 144-150) paradigma de outros achados em Kom el-Ahmar, perto de Edfu, feitos por Quibell. Mais à frente «Schiaparelli desce à tumba dos desconhecidos» (pp. 164-172) na zona de Guebelein, e o bloco «De Londres a Lucsor» (pp. 186-192) recorda a actividade de Howard Carter, o feliz descobridor do túmulo de Tutankhamon em 1922. Depois «O mistério dos papiros inspira uma novela de Agatha Christie» (pp. 206-210), e Jacques de Morgan descobre o tesouro das princesas Mereret e Khnumit (pp. 226-232).

Vivan Denon e a aventura no Egipto com a expedição napoleónica são evocados nas pp. 246-250, com o exagero de se lhe atribuir aqui o título de «pai da egiptologia», o qual deve ser antes reservado para Champollion. Os trabalhos de Flinders Petrie na região do Faium permitem atestar a descoberta da pirâmide de Hauara, obra de Amenemhat III (pp. 276-280). Os últimos apontamentos da área arqueológica são dedicados a Auaris e Tânis, zonas onde se destacou Auguste Mariette (pp. 296-300), o qual também está ligado à descoberta de túmulos de inícios da XVIII dinastia (pp. 316-322).

Merece ser realçado o facto de neste volume se detectar um grande cuidado na transcrição para português dos nomes egípcios, o que contrasta bem com a balbúrdia que reina nas edições portuguesas de temática egiptológica. Aparentemente, embora o editor não o diga, foi seguido o *Dicionário do Antigo Egipto* (Editorial Caminho, 2001), o que, no parecer do recensor desta obra, se revelou uma boa opção. No entanto tais cuidados não evitaram vários erros, como alguns que respigámos e que agora se enumeram: na p. 10 a barca Mandjet é chamada «Meandyet», no desdobrável com um mapa ilustrado do Egipto a cidade de Tânis é apresentada como «capital da Época Baixa», quando devia ler-se da XXI dinastia, e Medinet Faium, situada perto do lago Faium, é designada como Medinet Habu, que fica muitos quilómetros para sul, já na região tebana. Na p. 43 vem um texto confuso dedicado ao deus Khnum que revela uma discrepância entre as formas egípcias dos nomes das deusas Satet e Anuket e as gregas de Satis e Anukis — conviria optar por uma delas e não

mencionar na mesma página as formas egípcias e as gregas ao mesmo tempo, o que não deixará de perturbar os leitores.

Mais à frente surgem outras anomalias: na legenda da p. 161 Meketra aparece em vez de Meketré, erro que se repete nas páginas 193 e 196, Khnumhotep aparece como Cnumhotep (p. 203), a princesa Khnumit é aqui Cnumit (p. 226), em vez de Djehutinakht manteve-se a forma espanhola de Dyehutynakht (p. 232), quando mais adiante está a forma Djehutihotep, de idêntica raiz e já na redacção correcta (p. 245). Como exemplos das várias discrepâncias assinalem-se as anomalias redaccionais de Kuch na p. 246 e a Cuch da p. 265, enquanto a fortaleza núbica de Chalfak surge bem escrita na p. 260 mas já aparece à inglesa na p. 264 (Shalfak).

A falta de uma revisão científica detecta-se em diversas circunstâncias: na p. 52 diz-se que Champollion publicou os seus trabalhos em 1842 tratando-se sem dúvida de 1824 (ele faleceu em 1832). Na p. 56, numa explicação sobre os signos hieroglíficos do «alfabeto» (e esta expressão devia aparecer entre aspas porque os Egípcios nunca criaram isoladamente um verdadeiro alfabeto) surgem, estranhamente, legendas em espanhol: *mano* e *antebrazo*. Na p. 65 há uma abusiva interpretação de uma bem conhecida situação relatada numa passagem do *Papiro Westcar* a propósito do «Passeio náutico» de Seneferu numa barca cujas remadoras são belas jovens do palácio — que aqui são apresentadas como «vinte lindíssimas meretrizes» (!?).

Na p. 162 está «monarca» mas devia ser nomarca, uma expressão grega aludindo ao governador do *nomos*, isto é, o governador provincial (em egípcio: *hatiáy*, na p. 182 melhor que «localidade de Deir el-Bahari» ficaria a zona de Deir el-Bahari; na p. 198 alude-se ao «*ipet* real» mas conviria explicar ao leitor o que é o *ipet*: trata-se do harém. Na p. 299 recorda-se que Seti I prestou honras ao deus Set «no décimo quarto aniversário do reinado de Set», mas devia antes aludir ao centésimo quarto aniversário: trata-se de uma evocação do domínio dos Hicsos registada na chamada «Estela do ano 400».

Alguns lapsos são lamentáveis: na p. 33 trocou-se a rainha Nefertari (cujo nome hieroglífico aparece dentro da respectiva carteia) pela rainha Nefertiti (!) que é outra personagem, com a agravante deste dislate ter ocorrido numa página onde se procurava «explicar», de uma forma pretensamente pedagógica, a leitura dos signos. Aliás, as caixas que vão salpicando o volume com a «explicação» dos signos hieroglíficos e a sua errada transliteração são precisamente o ponto fraco da obra. Outro perturbador lapso ocorre com o nome do deus Hórus, o qual surge por diversas vezes sem o acento.

Outras anomalias não deixarão de chamar a atenção dos leitores mais habituados à leitura de obras históricas: na p. 41 escreve-se, ao contrário, «dinastia XVIII» em vez da mais corrente forma de XVIII dinastia — como até os alunos do ensino básico sabem, no nosso país a numeração atribuída às dinastias surge antes. Registe-se ainda alguns erros no uso de caixas altas e de itálicos: um exemplo pode ser dado com a expressão *ikhemu-sek* (uma alusão às estrelas indesejáveis circumpolares) que devia aparecer em itálico e não vem.

Quanto ao título escolhido para o primeiro volume, ele não parece ser muito feliz — em vez de «A Idade do Ouro» ficaria melhor «A Idade de Ouro», que de resto é o título de uma bem conhecida obra de Dietrich Wildung dedicada ao Império Médio (*L'Âge d'Or de l'Égypte* na versão francesa). Na organização destes volumes a rutilante designação foi atribuída ao conjunto do Império Antigo e Império Médio parecendo antes que a dourada alusão ficaria em melhor e mais expressiva sintonia com o fausto do Império Novo.

**Luís Manuel de Araújo**

**DAVID MURDOCH**, *Tutankhamon. A vida e a morte de um faraó*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1999, 48 pp., ISBN 972-26-1581-5

Mais uma obra sobre Tutankhamon e o tesouro do seu túmulo apareceu entre nós, evocando o reinado deste monarca e as circunstâncias em que a sua tumba no Vale dos Reis foi descoberta por Howard Carter em 1922.

Como sempre acontece em idênticas circunstâncias, sobretudo em livros de ampla divulgação como é este, o grafismo, as cores e as ilustrações são excelentes, o que não é difícil de conseguir em obras que abordem a civilização do Antigo Egipto, dada a forte carga apelativa das imagens. Registe-se que as interessantes ilustrações são da autoria de Chris Forsey, Anne Yvonne Gilbert e Eric Thomas. O pior destas edições sobre o Egipto faraónico são os textos, traduzidos e revistos sem os necessários cuidados. O mesmo se verificou na presente obra, com algumas situações lamentáveis que podiam ser evitadas se tivesse havido uma revisão científica.

O nome do faraó Tutankhamon, que dá título ao volume, aparece bem escrito, de acordo com as normas de egiptologia, mas é deveras estranho terem mantido o dígrafo *kh* em Tutankhamon, conservando e muito bem a forma habitual, e pelo contrário terem arbitrariamente re-